

XX ENANCIB

21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados

ISSN 2177-3688

GT-3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

**AS RELAÇÕES ENTRE A ÉTICA EM INFORMAÇÃO, A LEITURA E A COMPETÊNCIA EM
INFORMAÇÃO**

RELATIONS BETWEEN INFORMATION ETHICS, READING AND LITERACY

Patrícia dos Santos Costa – Universidade Federal do Rio de Janeiro / IBICT

Eliane Gomes – Universidade Federal do Rio de Janeiro / IBICT

Elisa Machado – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Modalidade: Apresentação Oral

Resumo: Neste estudo a leitura é vista como um fator que auxilia os sujeitos no desenvolvimento de competência crítica em informação. Reflete questões relacionadas à leitura, à ética, aos conceitos de competência em informação e defende que a leitura contribui para o desenvolvimento de competência crítica em informação. Trata-se de pesquisa básica de caráter explicativo. Adota o levantamento e a análise bibliográfica como técnica para construção do referencial teórico. Mostra que a informação e o conhecimento podem ser entendidos como instrumentos para o desenvolvimento de competência em informação. A ética está ligada a esses conceitos a partir do princípio de que esta estuda o indivíduo nas suas relações sociais e na forma que este interage com o mundo. A ética da informação irá investigar os ciclos informacionais, a legitimidade e as práticas discursivas que irão afetar a credibilidade, a confiabilidade e a tomada de decisão dos indivíduos nas suas atividades cotidianas. A leitura permitirá que estes sujeitos construam sua cidadania de forma ética. Aponta que transformar o Brasil em um país de leitores não é uma tarefa fácil e é necessário investimento em longo prazo, além de pensar em ações pautadas em políticas e programas que integrem a sociedade civil com o governo.

Palavras-Chave: Leitura. Ética. Competência em informação.

Abstract: In this study reading is seen as a factor that helps the subjects in the development of critical competence in information. Reflects issues related to reading, ethics, concepts of information literacy and supports that reading contributes to the development of critical information literacy. It is a basic research with an explanatory disposition. Adopts the bibliographic survey and analysis as a technique to the construction of the theoretical referential. Shows that information and knowledge can be understood as an instrument to the development of information literacy. The ethics are linked to these concepts from the principle that it studies the individual in his social relations and in the way that he interacts with the world. The ethics of information will investigate the informational cycles, the legitimacy and the discursive practices that will affect the credibility, the reliability and the decision-making of individuals in their daily activities. Reading will allow that these subjects build their citizenship in an ethic way. Points out that transforming Brazil in a country of readers is not an easy task and a long-term investment is necessary, beyond thinking of actions based on politics and programs that integrate the civil society with the government.

Keywords: Reading. Ethic. Information literacy.

1 INTRODUÇÃO

A quantidade, diversidade e velocidade com que a informação é produzida e disponibilizada nos dias de hoje, bem como a forma como as pessoas fazem uso e se apropriam da informação tem se tornado um problema para a sociedade atual, e relacionam-se diretamente com as questões que envolvem o aprendizado e a prática da leitura e escrita ao longo da vida.

No ano de 2017 foi divulgada uma pesquisa realizada pelo Ipson MORRI referente ao nível de ignorância sobre a realidade por países no mundo (CALEGARI, 2017). Tal pesquisa colocou o Brasil em segundo lugar no *ranking* dos países mais ignorantes sobre a percepção errada da realidade, perdendo apenas para África do Sul. Este fato foi amplamente criticado e debatido em diversos grupos e espaços sociais, alertando para a ampliação da manipulação de pessoas como decorrência da distorção e percepção da realidade.

Kant (2018) afirma que a inocência é uma dádiva e ao mesmo tempo é algo muito grave para não se conseguir preservar, pois ela pode ser facilmente corrompida. Ao fazer essa afirmação Kant (2018) contribui com o pensamento de que sujeitos sem pleno acesso à informação acabam abrindo espaço para manipulação. Nesse sentido, visto pela perspectiva Freiriana, o conhecimento é um instrumento que estabelece as relações de poder entre oprimido e opressor e a leitura passa a ser um ponto que possibilita modificar esta relação.

Costa (2017) realizou uma pesquisa, no período de 2015 a 2017, intitulada “Comportamento leitor dos alunos dos pré-vestibulares comunitários e o papel do bibliotecário e da biblioteca pública” que teve por objetivo identificar o perfil leitor de jovens, conhecer sua relação com a leitura e suas práticas leitoras. Os resultados indicaram que os sujeitos possuem dificuldades para compreensão de texto; dificuldades de concentração e não gostam de dedicar muitas horas para leitura. Para eles, esse ato é considerado perda de tempo.

A maioria dos respondentes que participaram dessa pesquisa afirmou que prefere a leitura por meio da *web* no celular, onde a principal fonte de leitura são as redes sociais. Poucos têm a prática de leitura de outros tipos de materiais e suportes, principalmente, de livros. Não têm a prática de ler revistas e jornais e, quando o fazem, a forma de leitura é no meio digital. O fator tempo foi apontado como um empecilho para leitura pelos respondentes. Participaram dessa pesquisa 119 alunos de 3 pré-vestibulares comunitários, sendo eles: Projeto Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (EDUCAFRO),

unidade localizada no bairro da Taquara; Projeto Construindo Saber (PCS), na comunidade do Rio das Pedras; e o Projeto Educação Comunitária (Educom) no bairro da Gardênia Azul.

Ambas as pesquisas apontadas acima, uma sobre o nível de ignorância na percepção da realidade e outra sobre o perfil leitor de jovens no Rio de Janeiro, foram realizadas na mesma época e remetem para a questão da leitura, uso e apropriação da informação, bem como da competência em informação. Entendendo que a informação está disponível em suportes impressos ou digitais, cabe aos sujeitos buscar a informação, fazer uso e se apropriar dessa informação para desenvolver senso crítico sobre assuntos relevantes para a construção de uma sociedade mais igualitária. Tarefa difícil diante do cenário de leitura apontado por essas pesquisas.

Enquanto pesquisadoras da área da Ciência da Informação, preocupadas com a complexidade que envolvem o acesso e a apropriação da informação pela população brasileira, temos nos debruçado na tentativa de compreender a importância da leitura como instrumento de emancipação social das classes populares, bem como, dos processos pelos quais o sujeito se torna leitor. O resultado desses estudos tem trazido novas inquietações a serem consideradas, a exemplo da complexidade que envolve o desenvolvimento de competência crítica em informação no contexto atual. Diante disso, a presente comunicação tem por objetivo apresentar os resultados dos nossos estudos e reflexões acerca de questões relacionadas à leitura, à ética e à competência em informação no campo da Ciência da Informação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de pesquisa básica, de caráter explicativo, visto que busca conectar ideias que sustentem a hipótese de que a leitura, a ética e os conceitos de competência em informação contribuem para o desenvolvimento de competência crítica em informação, na tentativa de verificar como os temas se conectam e interagem.

Para tanto, adotamos o levantamento e análise bibliográfica como técnica de pesquisa na construção do referencial teórico com o objetivo de compreender as causas e efeitos da leitura no processo de desenvolvimento de competência crítica em informação.

3 CONDIÇÕES DE LEITURA E ACESSO À INFORMAÇÃO NO BRASIL

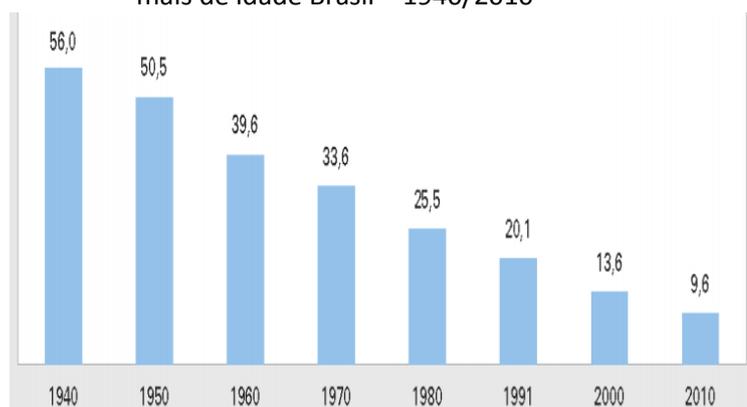
O Artigo 5º da Constituição Federal de 1988, diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. A partir da análise dessa afirmativa, podemos entender que todos que vivem no Brasil têm os mesmos direitos, gozam das mesmas liberdades e oportunidades. Além disso, o Art. 215, afirma que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais (BRASIL, 1988).

No entanto, os dados estatísticos apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) mostram que as oportunidades não são igualitárias, tendo profundas desigualdades entre: ricos e pobres, cor/raça, mulheres e homens, etc (INEP, 2014). A realidade social mostra que as relações sociais são mantidas através de exclusão ou inclusão precária.

As condições de leitura e acesso à informação no Brasil, ao longo de décadas, passam pelo processo de combate ao analfabetismo. Soares (1999, p. 1) afirma que analfabeto “é aquele que é privado do alfabeto, a que falta o alfabeto, ou seja, aquele que não conhece o alfabeto, que não sabe ler e escrever”.

No Brasil a taxa de analfabetismo vinha diminuindo ao longo dos anos, como podemos observar no Gráfico 01 apresentado a seguir:

Gráfico 01 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade Brasil – 1940/2010

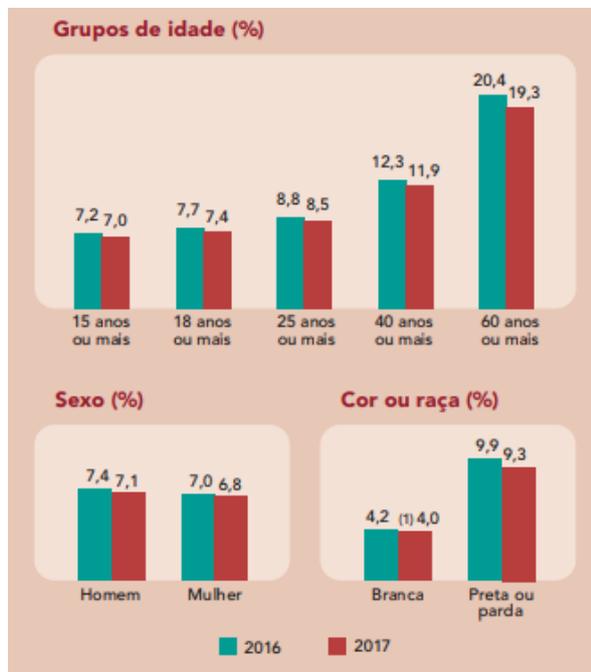


Fonte: IBGE, 2011

O gráfico mostra queda expressiva, na década de 1940 tínhamos uma taxa de 56% e chegamos a uma taxa de 9,6% em 2010, no entanto os estudos mais recentes apontam que o Brasil não conseguiu atingir a meta estipulada para 2015, que era diminuir taxa de analfabetismo em 6,5% de analfabetos no país. Em pesquisa divulgada pelo IBGE em maio de

2018, a taxa de analfabetismo em 2017 ainda era 7%. Conforme Gráfico 02 apresentado a seguir:

Gráfico 02 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade



Fonte: IBGE, 2018

Aliado aos dados governamentais é também interessante observar os resultados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2016), principalmente pelo fato de a mesma destacar que a população adulta está lendo mesmo fora da escola e, também pelo alerta em relação aos desafios no processo de inclusão da população leitora:

[...] embora ser leitor ainda seja uma característica significativamente associada à escolaridade, à renda e ao contexto socioeconômico no qual os indivíduos estão inseridos, o que aponta para um desafio no processo de inclusão de parte significativa dos brasileiros na população leitora (RETRATOS DO BRASIL, 2016, p. 128).

Além disso, essa mesma pesquisa ressalta que da população alfabetizada:

[...] apenas um em cada 4 brasileiros domina plenamente as habilidades de leitura, escrita e matemática. Ou seja, o aumento da escolaridade média da população brasileira teve um caráter mais quantitativo (mais pessoas alfabetizadas) que qualitativo (do ponto de vista do incremento na compreensão leitora) (RETRATOS DO BRASIL, 2016, p. 127).

Os resultados dessas pesquisas apontam problemas que vão além do analfabetismo, já que uma parcela relevante da população brasileira sofre com o analfabetismo funcional,

termo que a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) sugeriu que fosse adotado e que pode ser entendido como: os indivíduos que, mesmo que saibam reconhecer letras e números, não são capazes de compreender textos simples, assim como realizar operações matemáticas mais elaboradas.

Nessa perspectiva, é possível defender a ideia de que, estar alfabetizado não garante a função primordial da leitura, nem coloca o sujeito na condição de leitor, uma vez que a leitura não é apenas a habilidade de decodificar códigos linguísticos, no entendimento de Freire (1989) a leitura da palavra precede a leitura do mundo. Entendendo a leitura de mundo como o primeiro passo e, talvez o mais importante que aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se, pois “permite compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade” (FREIRE, 1989 p. 7). Tornar-se um leitor é ir além da junção das palavras.

No campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, o leitor é definido por Cunha e Cavalcanti (2008, p. 221) como “Pessoa que lê, com certa regularidade, uma determinada publicação”. Na pesquisa desenvolvida pelo Instituto Pró-Livro (IPL), leitor é entendido como “aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos 1 livro nos últimos 3 meses. Não leitor é aquele que declarou não ter lido nenhum livro nos últimos 3 meses, mesmo que tenha lido qualquer livro nos últimos 12 meses” (RETRATOS..., 2016, p. 21).

Cabe registrar que segundo a nossa percepção, leitor é a pessoa que pratica com regularidade o ato de ler um texto. Tal ato pode ser por prazer, ou por ofício, dependendo da necessidade e da ocasião. Essa percepção é baseada no pensamento de Freire (1989), Manguel (1997), Castrillon (2008), entre outros.

Manguel (1997, p. 20) entende a leitura de mundo onde “todos nós lemos a nós e o mundo à nossa volta para vislumbrar o que somos e onde estamos. Lemos para compreender, ou para começar a compreender. Não podemos deixar de ler. Ler, quase como respirar, é nossa função essencial”.

Diante disso, vale lembrar Castrillon (2008, p. 25) ao ressaltar a contradição entre discursos, representações e práticas. Para a autora é imperativo “reconhecer que não há uma prática ideal e desejável de leitura, que tanto no nível da sociedade quanto dos indivíduos coexistem múltiplas práticas de leitura: diferentes maneiras de ler e diferentes finalidades para a leitura”.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

Há um problema no Brasil diante do processo de leitura, as pessoas sabem ler, no entanto não desenvolvem esse hábito, o que traz como consequências dificuldades práticas do cotidiano, tais como preenchimento de requerimento, formulários, etc. (SOARES, 1999).

A questão da regularidade na prática da leitura apontada na definição de Cunha e Cavalcanti (2008) e reafirmada por Soares (1999), foi observada nos resultados das pesquisas Retratos da Leitura (2016) e de Costa (2017) como barreira ou dificuldade para os entrevistados, já que foi mencionado como um dos principais motivos para a não leitura.

O Gráfico 03 apresenta mais alguns dados que reafirmam que mais de 40% da população não lê com frequência independentemente do suporte, destacando-se a não leitura de material em braile e audiolivro, leituras essas destinadas aos deficientes visuais. A não leitura para o trabalho ou crescimento profissional chegou a 66%, taxa muito elevada.

Gráfico 03 – Frequência de leitura por tipo de material, independente do suporte



Fonte: Retratos da Leitura no Brasil (2016)

A partir das reflexões apresentadas acima juntamente com os dados do Gráfico 03, pode-se aferir que no Brasil a população não possui o hábito da leitura e essa defasagem acaba dificultando que o indivíduo se torne um ser social pleno. Nesse aspecto, a leitura e a escrita contribuem de forma significativa para que sujeitos tenham as bases de uma educação para a vida. Elas podem ser consideradas mecanismos para a formação mais completa do indivíduo. É através do processo de ler e escrever que ele se torna capaz de conviver e atuar no seu meio social, contribuindo nos campos da cultura, da política e da economia (MARTINS, 1986).

A leitura é considerada um importante instrumento na aquisição de informação, desde o surgimento da imprensa (RASTELI; CALDAS, 2016) e partindo do princípio de que a leitura é um ponto inicial para modificar o meio (FREIRE, 1989).

A situação de leitura no Brasil aponta que os fatores desigualdade de oportunidades e qualidade de ensino são instrumentos que dificultam o letramento, bem como o desenvolvimento da competência informacional crítica, principalmente, aos que compõem a classe popular.

4 QUAL A IMPORTÂNCIA EM DISCUTIR A ÉTICA NA PERSPECTIVA DA LEITURA

Como pode ser visto o analfabetismo no Brasil ainda é preocupante e o gosto pela leitura precisa ser incentivado e despertado na grande maioria da população. Para discutir o papel da ética na leitura é necessário pensar na informação e no conhecimento. O conhecimento e a informação são interligados pelo ato de “obter e dar significado cultural (compartilhado) ao mundo” (MARTELETO, 1999, p. 150). Esse processo do conhecimento “supõe estruturação e depuração de informações: seleção da informação relevante, triagem e eliminação da informação supérflua” (MARTELETO, 1999, p. 150).

A informação permite ao indivíduo perceber novos caminhos, criar novos horizontes e conquistar direitos de cidadania e acesso ao saber produzido (MARTELETO, 1999).

Informação e leitura “[...] constituem-se como campos propícios ao questionamento sobre as práticas do cotidiano” (MARTELETO; NÓBREGA; MORADO, 2013, p. 96). Desta forma, a leitura e a informação “[...] configuram-se assim como exercícios para a construção dos sujeitos sociais conscientes e críticos de suas possibilidades enquanto produtores e receptores desse fluxo material e simbólico, com o qual vão integrar-se e interagir” (MARTELETO; NÓBREGA; MORADO, 2013, p. 97).

É na construção desse sujeito social que temos a ética. Chauí (2000) afirma que:

Para que haja conduta ética é preciso que exista o agente consciente, isto é, aquele que conhece a diferença entre bem e mal, certo e errado, permitido e proibido, virtude e vício. A consciência moral não só conhece tais diferenças, mas também reconhece-se como capaz de julgar o valor dos atos e das condutas e de agir em conformidade com os valores morais, sendo por isso responsável por suas ações e seus sentimentos e pelas consequências do que faz e sente. Consciência e responsabilidade são condições indispensáveis da vida ética. (CHAUI, 2000, p.337)

Ao discutir as políticas de leitura e escrita e a participação social, Castrillon (2008, 25) defende que “toda política seja antecedida de um marco ético, [...] para que seja ligada a

processos sociais que a convertam em uma poderosa ferramenta para a democratização e a participação social” e segundo Sánchez Vázquez (2017, p. 23) “a ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade”. A ética fornece a compreensão racional de um aspecto real, efetivo, do comportamento dos homens, possibilitando que cada sujeito julgue bem as coisas que conhece, a partir do conhecimento adquirido (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2017; ARISTÓTELES, 2014). Gonzalez de Gomez (2017, p.19) resume a ética como:

[...] uma indagação filosófica, crítica e reflexiva acerca da moral, a qual abrange as questões sobre o sentido e a finalidade da vida humana, e sobre as normas e valores que motivam e orientam as ações dos homens, em direção a alguma proposição de bom viver e de justiça (GONZALEZ DE GOMEZ, 2017, p.19).

É necessário compreender o significado da moral para entender a formação do sujeito social. A moral pode ser entendida como “um conjunto de normas, aceitas livre e conscientemente, que regulam o comportamento individual e social dos homens” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2017, p. 63). Para Hegel (1997) o indivíduo só é livre quando é capaz de sobrepor sua vontade individual a uma vontade universal que o permita pensar na coletividade e o eleva ao conceito de cidadania. Para Marteleto (1999, p. 158) a cidadania encontra-se relacionada aos direitos fundamentais, à dignidade humana, ao indivíduo pleno, “capaz de exercitar suas dimensões humana e social”. Nesse contexto a leitura possibilita

[...] a percepção de que o que há são os sistemas de sentido, estéticos e polivalentes, permanentemente inquietos e móveis; esta leitura apreendida de uma literatura que não está aí para explicar (pois, assim, seria pedagogia), mas para seduzir, instigar. Essa leitura-instrumental de um leitor que, instigado, atentar-se-á para os variados discursos, e, portanto, interferirá, transformará o mundo em que vive. Um cidadão, esse leitor, informando(-se) e expressando(-se) (n)o compreendido: construção. (MARTELETO, NÓBREGA, MORADO, 2013, p. 97)

Esse leitor em construção e que busca na informação instrumentos para ser um indivíduo capaz de exercitar seus direitos enquanto cidadão precisa estar atento às questões éticas e morais que vem sendo discutidas em torno da informação disponibilizada no cenário atual.

Um novo “[...] *modos de produção e circulação de informação* [...]” (GONZALEZ DE GOMEZ, 2017, p. 24, grifo da autora) vem direcionando pesquisadores de diferentes áreas a discutir a ética da informação. Na Ciência da Informação Gonzalez de Gomez (2017) afirma que:

[...] a ética da informação investiga se as mudanças e a deflação normativa dos ciclos da informação desestabilizam ou ameaçam a legitimidade e as práticas de justificação de algumas das principais expressões dos discursos públicos contemporâneos, como a comunicação científica, a comunicação política e as principais formas de comunicação social, podendo afetar a credibilidade, a confiabilidade e a tomada de decisão em toda e qualquer manifestação da atividade social, inclusive as cotidianas. (GONZALEZ DE GOMEZ, 2017, p. 24)

Nesse contexto a competência em informação se torna um grande aliado do leitor. Segundo Dudziak (2008, p. 47) quando se relaciona a competência em informação à cidadania estamos indo “[...] muito além da busca, organização e uso das informações, pois significa saber o porquê do uso de determinada informação, considerando implicações ideológicas, políticas e ambientais”. Esse comportamento reflexivo orienta para uma atuação mais crítica sobre a realidade tanto individualmente como coletivamente.

Com relação ao Brasil, Dudziak (2008) aponta que a discussão sobre o aumento da consciência crítica está relacionada aos meios de comunicação e informação. Os esforços de organizações não governamentais estão relacionados à construção de habilidades digitais e de modelos de inclusão digital que mobilize habilidades e técnicas relativas às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). No âmbito político a preocupação está em se apropriar de tecnologias como ferramentas de busca e uso da informação para fins específicos. O Instituto de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) “tem assumido uma postura de fomento às ações de inclusão social pela construção de competências informacionais direcionadas a públicos específicos” (DUDZIAK, 2008, p. 48). Além das políticas que vem sendo implementadas, o conceito de cidadania está sendo desenvolvido a partir de uma apropriação primária “[...] tendo como foco a relação entre sociedade e Estado, considerando os direitos e deveres dos cidadãos. O desenvolvimento da consciência crítica transformadora não se instituiu ainda” (DUDZIAK, 2008, p. 48).

Segundo Vitorino e Piantola (2009) o conceito de competência em informação não é estático e limitado, mas configura-se como um conceito dinâmico que continua a crescer para incorporar uma gama cada vez maior de habilidades necessárias aos indivíduos inseridos na era da informação, como a habilidade de definir, localizar, acessar, avaliar e usar a informação de forma ética e socialmente responsável como parte de uma estratégia de aprendizado ao longo da vida.

Assim, a leitura, o uso ético da informação e o conhecimento estão diretamente relacionados com o desenvolvimento da competência crítica em informação, uma vez que

esse processo está relacionado com “habilidades e competências que permitam o uso consciente, criativo e benéfico da informação” (VITORINO, PIANTOLA, 2009, p. 131).

A competência informacional “[...] é uma forma de pensamento crítico aplicada ao domínio da informação” (VITORINO, PIANTOLA, 2009, p. 136). Mediante a essa habilidade, os indivíduos seriam capazes de fazer escolhas conscientes, possibilitando que transformações sociais aconteçam. Inserida nesse processo de emancipação humana a competência informacional passa a ser um diferencial no desenvolvimento sócio-econômico e fator de promoção para a inclusão social (DUDZIAK, 2008).

5 COMO TRABALHAR A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NESSE CONTEXTO

Os estudos sobre competência informacional se intensificaram a partir do que Burke (2003) chama de “era da informação”, pois com o aumento da velocidade do surgimento e da renovação do conhecimento, características daquilo que Pierre Lévy define como cibercultura, irão exigir dos indivíduos o desenvolvimento de habilidades e competências que permitam o uso da informação de forma consciente (VITORINO; PIANTOLA, 2009).

A noção de competência informacional é dinâmica e está em constante crescimento, pois incorpora variadas habilidades inerentes aos indivíduos inseridos na era da informação. De acordo com a *American Library Association* (ALA) (1989) um indivíduo é competente em informação quando é capaz de reconhecer a necessidade de uma informação e consegue localizar, avaliar e usar essa informação.

Letramento em informação ou *information literacy* tem sido objeto de estudos na Ciência da Informação, embora profissionais, pesquisadores e estudantes reconheçam a falta de consenso na tradução brasileira do termo, pois as traduções possíveis, de acordo com Hatschbach e Olinto (2008) são: competência em informação, letramento informacional e competência informacional.

Segundo Gasque (2013, p. 5-6) a competência informacional

[...] refere-se à capacidade do aprendiz de mobilizar o próprio conhecimento que o ajuda a agir em determinada situação. Ao longo do processo de letramento informacional, os aprendizes desenvolvem competências para identificar a necessidade de informação, avaliá-la, buscá-la e usá-la eficaz e eficientemente, considerando os aspectos éticos, legais e econômicos.

No âmbito da leitura, a definição letramento pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é a capacidade de “a compreender, usar, refletir sobre

e envolver-se com os textos escritos, a fim de alcançar um objetivo, desenvolver conhecimento e potencial e participar da sociedade.” (OCDE, 2016, tradução nossa).

Soares (2006, p.37) considera que no meio social e cultural, a pessoa letrada:

[...] não é a mesma que era quando analfabeta ou iletrada, ela passa a ter uma outra condição social e cultural - não se trata propriamente de mudar de nível ou de classe social, cultural, mas de mudar seu lugar social, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura - sua relação com os outros, com o contexto, com os bens culturais torna-se diferente.

Nesse sentido, entendemos que por meio da leitura é possível desenvolver competência crítica em informação e contribuir para o uso e apropriação da informação de forma ética. A competência informacional crítica se aproxima dos conceitos de Paulo Freire em que é necessário desenvolver uma consciência crítica em relação à realidade e a si mesmo buscando a solução dos problemas “[...] de modo que ele possa obter controle de sua vida e de seu próprio aprendizado” (VITORINO; PIANTOLA, 2009, p. 137).

Partindo do princípio que aprender a aprender é uma das características principais para desenvolver a competência em informação, a alfabetização do uso de material digital também tem que ser considerada e pode ser entendida como parte do processo, uma vez que é necessário que o indivíduo aprenda a “[...] circular e interagir no mundo das mídias digitais como consumidor e como produtor de seus conteúdos e processos” (RONDELLI, 2003).

A partir do que foi exposto e discutido nessa comunicação entendemos que a competência informacional tem relação com a experiência e a compreensão que o indivíduo traz em relação à informação. Envolve etapas cognitivas e afetivas que abrangerem tanto as habilidades técnicas quanto a competência crítica além das experiências pessoais, a inspiração, a criatividade e a motivação que permitiriam transformar a informação em aprendizado.

Aprendendo com Castrillon (2008, 25), também nos estudos de competência crítica em informação há de se ter a leitura e a escrita em nosso país “[...] como direitos, como prática que ajudam as pessoas a construir sua individualidade, a criar seu espaço no mundo e a estabelecer as relações com os demais”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, nas últimas décadas, tem conseguido avançar e melhorar índices educacionais da população, com redução significativa na taxa de analfabetismo. Contudo, reduzir o número de analfabetos não garante que esses sujeitos sejam leitores, muito menos que façam uso da informação e desenvolvam competências em informação.

Este estudo se propôs a refletir sobre a complexidade que envolve questões relacionadas à leitura, e apresentar conceitos de competência em informação partindo da premissa de que a leitura contribui para o desenvolvimento de competência crítica em informação. Nesse sentido, a informação e o conhecimento podem ser entendidos como instrumentos para o desenvolvimento de competência em informação. A ética está ligada a esses conceitos a partir do princípio de que esta estuda o indivíduo nas suas relações sociais e na forma que este interage com o mundo.

A ética da informação investiga os ciclos informacionais, a legitimidade e as práticas discursivas que afetam a credibilidade, a confiabilidade e a tomada de decisão dos indivíduos nas suas atividades cotidianas, ou seja, está intimamente ligada à percepção da realidade. A leitura, por sua vez, contribui para que estes sujeitos construam sua cidadania de forma ética.

No entanto, para que sejamos leitores, é necessário desenvolver o prazer pela leitura. É importante reservar algum momento do dia à leitura, caso contrário os sujeitos não têm acesso à informação que o capacitaria a desenvolver de forma plena senso crítico sobre determinados assuntos importantes para o convívio social, o crescimento pessoal e a cidadania.

A realidade social mostra que as classes populares e as relações sociais estabelecidas são mantidas através de exclusão ou inclusão precária. Logo, no que tange ao ensino e/ou acesso à informação, esse grupo encontra-se em desvantagem para entendimento tanto de conceitos relacionados à ética como a competência crítica em informação, uma vez que sua formação leitora está abaixo da expectativa.

Diante da realidade brasileira, transformar o Brasil em um país de leitores não é uma tarefa fácil e é necessário investimento em longo prazo, agregando múltiplos saberes e campos de pesquisa, além de pensar em ações pautadas em políticas e programas que integrem a sociedade civil com o governo.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

Este estudo não teve a pretensão de esgotar o assunto, o que nos leva a pensar na importância e aprofundamento de pesquisas sobre a competência crítica em informação relacionadas às questões complexas que envolvem a leitura e a ética.

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Presidential Committee on Information Literacy**: final report. Washington, D.C., 1989. Disponível em:
<http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>. Acesso em: 22 jul. 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Legislativo. Brasília, DF, Ano 77, n. 191-A, 5 out. 1988, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 jul. 2019.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CALEGARI, Luiza. Brasil fica em 2º. em ranking de ignorância sobre a realidade. **Exame**, 6 dez. 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-fica-em-2o-em-ranking-de-ignorancia-sobre-a-realidade/>. Acesso em: 29 jul. 2019.

CASTRILLON, Silvia. A sociedade civil pede a palavra: políticas públicas de leitura e escrita e participação social. *In*: **FORMAÇÃO de leitores e construção da cidadania: memória e presença do PROLER**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, [2008]. p. 23-29.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

COSTA, Patrícia dos Santos. **O perfil leitor dos jovens e adultos que frequentam os cursos pré-vestibulares comunitários**: atuação bibliotecária a favor da educação. - 2017. 147 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v.18, n.2, p. 41-53, maio/ago. 2008.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23.ed. São Paulo: Cortez, 1989. 88 p.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Competência em Informação: conceitos, características e desafios. **AtoZ**: novas práticas em informação e conhecimento, Curitiba, v.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

2, n. 1, p. 5-9, jan./jun. 2013 Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/atoz/article/viewFile/41315/25246>. Acesso em: 28 jul. 2019.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. Reflexões sobre Ética da Informação: panorama contemporâneo *In*: GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélide; CIANCONI, Regina de Barros. **Ética da informação: perspectivas e desafios**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. p. 19-44

HATSCHBACH, Maria Helena de Lima; OLINTO, Gilda Competência em informação: caminhos percorridos e novas trilhas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 20-34, jan/jun. 2008. Nova Série. Disponível em:

<http://www.febab.org.br/rbbd/ojs-2.1.1/index.php/rbbd/article/view/64/78>. Acesso em: 15 jun. 2019

HEGEL, G. W. Friedrich. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios: resultados do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/21362346-Censo-demografico-2010-caracteristicas-da-populacao-e-dos-domicilios-resultados-do-universo.html>. Acesso em: 16 jul. 2019.

IBGE. Indicadores IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2º trimestre de 2016. Rio de Janeiro: IBGE, [2017].

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: educação 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf. Acesso em: 16 jul. 2019.

INEP. **Avanços da educação no Brasil**. Brasília: INEP, 2014. Disponível em: http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/apresentacao_efa_29012014.pdf. Acesso em: 18 jul. 2019.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. São Paulo: Martin Claret, 2018.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARTELETO, Regina Maria. Representações acerca do conhecimento, comunicação e informação na sociedade. **RASPP: Revista da Associação de Saúde Pública do Piauí**, v. 2, n. 2, p. 149-162, jul./dez. 1999.

MARTELETO, Regina Maria; NÓBREGA, Nanci; MORADO, Denise. Cultura informacional: demarcações de uma linha de estudos de cultura, informação e sociedade. *In*: ALBAGLI, Sarita. (Org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, 2013. p.78-106.

Disponível em:

<http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/453/1/Fronteiras%20da%20Ci%C3%Aancia%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 31 maio 2018.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

MARTINS, Maria Helena. **O que é a leitura**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

OCDE. **PISA 2015 results: excellence and equity in education**. Paris: OECD Publishing, 2016. v. 1.

RASTELI, Alessandro; CALDAS, Rosângela Formentini. Bibliotecas públicas e o acesso às informações artísticas sob a perspectiva da Ciência da Informação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 21, n. 45, p. 21-34, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n45p21>. Acesso em: 04 jul. 2019.

RETRATOS da Leitura no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Instituto Pró-Livro, 2016. Disponível em: http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf. Acesso em: 01 jul. 2019.

RONDELLI, Elizabeth. Quatro passos para a inclusão digital. **Revista I-Coletiva**, Rio de Janeiro; São Paulo, v.1, n.5, 2003.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SOARES, Magda. **O que é letramento e alfabetização**, Janeiro, 1999.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p.130-141, set./dez. 2009.